

Idéias em debate

*Vinieron los sarracenos
Y nos molieron a palos,
Qué Dios ayuda a los malos
Cuando son más que los buenos
(Do cancionero espanhol, nos
tempos da Reconquista).*

JULIAN M. CHACEL

É da essência da democracia a livre circulação das idéias, a divergência política, as diferenças de opinião, as posições conflitantes e a análise crítica das decisões e dos acontecimentos. Na usufruição desse privilégio parece apropriado proceder a um exame desapassionado do momento que vivemos, na interação permanente e inelutável entre os domínios do fato político e o das questões econômicas.

A Nova República foi fértil em inovar em matéria econômica, tanto no plano interno como no externo. O desenho de uma Nova Constituição suscita indagações sobre a forma de moldar o nosso futuro, como Nação.

O plano de estabilização econômica com a substituição do cruzeiro depauperado pelo cruzado forte tem, em sua arquitetura, lógica inatacável. O congelamento temporário dos preços fez as mentes romper com a memória inflacionária do País; a suspensão da indexação evitou que o movimento de preços, no passado, fosse no espírito das gentes, projetado sistematicamente para o futuro e concorreu, também, para reduzir, drasticamente, o componente financeiro do endividamento interno. Dessa forma, a intenção de controlar o déficit público, se praticada, levaria a reduzir o excesso da demanda global gerado pela reativação econômica. Foi entusiástica a adesão popular, diria mesmo surpreendente para os formuladores do plano, que não contaram com o tirocinio político do presidente, ao criar, em sua fala de fevereiro à Nação, um estado de comunhão nacional.

Passado mais de um semestre do seu lançamento, o plano está, contudo, a merecer correções urgentes de curso. Por vários motivos. Na origem, alguns preços relativos, isto é, preços de uma mercadoria ou serviço expressos em termos de outras mercadorias, contrariamente ao pensamento convencional que perpassava na economia amplamente indexada, achavam-se defasados em relação ao movimento geral de preços. Como o número síntese do índice de preços não era automaticamente repassado,

logo verificou-se que os preços não marchavam em ordem unida, não caminhavam numa formação equilibrada e harmônica. Apesar disso, foi possível, a partir de março, manter sua evolução em ritmo brando, próximo de zero até, porque a recuperação da atividade econômica e industrial, absorvendo capacidade ociosa, reduziu custos fixos por unidade produzida; e a ambiência de preços estáveis eliminou, de golpe, o desconto implícito nos prazos das práticas comerciais correntes quando em clima de inflação acelerada. São essas as folgas que agora chegam ao esgotamento.

O aumento do poder de compra iniciado em meados do ano passado, e revigorado com o Plano Cruzado, conduziu rapidamente o País ao pleno emprego, a julgar pelas estatísticas do trabalho nas principais regiões metropolitanas. Objetivo socialmente desejável, a plena ocupação dos fatores produtivos exige uma política de sintonia fina que compense a demanda governamental e a demanda dos particulares, para conter pressões de custo, posto que o aumento da capacidade nacional de produção não mais tem resposta imediata, dependendo que está de novos investimentos e de formação de mão-de-obra. Isso não se faz da noite para o dia.

Ilustra bem o argumento constatar que no fundo da recessão a capacidade instalada na indústria de transformação efetivamente utilizada era de 72% e a última sondagem conjuntural realizada captura um nível médio de utilização de 84%. E mais, ramos industriais, na maioria voltados para o consumo final tais como os de fios naturais e tecidos de algodão, metais não ferrosos, cervejas, chopes e malte, cigarros e celulose e pasta mecânica refletem mobilização da capacidade produtiva igual ou superior a 95% da capacidade nominal de suas instalações. Reingressam em cena os pontos de estrangulamento, certamente mais nítidos e mais dispersos ao ser tabulados os resultados da sondagem para o último trimestre.

Diante desse quadro em que as folgas anteriores encontram-se exauridas, surgem fortes tensões ao longo dos processos produtivos e uma aparente perturbação dos sistemas de distribuição. Tensões e perturbações nem sempre resolvidas pelas importações, sem as correções necessárias, algumas das quais podem ser apontadas. Afinal, o fenômeno da fila de espera associado à

limitação de quantidades termina por ser inflação reprimida, vista por detrás do espelho.

Realisticamente, a sociedade brasileira jamais esperou dos governantes que uma expectativa inflacionária da ordem de 500% de alta de preços, para o ano em curso, pudesse reverter para um ritmo a ser efetivamente verificado, nos doze meses pós Plano Cruzado de menos de dois dígitos. O mote da inflação zero tinha como propósito mobilizar vontades e alterar comportamentos, mas é forçoso reconhecê-lo como objetivo inalcançável no terreno do probabilístico. Assim, o que legitimamente se esperava era que o ritmo da inflação perdesse sua cadência crescente e voltasse a um ritmo brando, socialmente tolerável. A respeito, vale recordar, que nossa história econômica contemporânea registra períodos de alta de preços da ordem de 15 a 30%, sem indexação da Economia, da mesma forma que registra outros com taxas cadentes de inflação, a despeito da correção monetária.

Assim, é chegado o momento para, diante dos fatos, proceder a mudança de curso com o qual a nave terá de reorientar seu rumo, desviando a proa em vários graus a estibordo.

A grande interrogante hoje reside no procedimento para retirar a economia da camisa-de-força do congelamento, sem pôr a perder a fé no programa de estabilização, em nova e frustrante reversão de expectativas. Há espaço e tempo para proceder a uma acomodação de preços relativos a partir de uma taxa-objetivo de inflação, repita-se, o qualificativo, socialmente tolerável. Como para prescindir da correção monetária aplicável nas transações de curto prazo, porquanto inferiores a um ano. Sem essa acomodação, contudo, a Administração Federal, por sua equipe econômica, corre o risco de, prolongando o congelamento, agravar as perturbações ora evidentes no sistema produtivo nacional. É importante que os formuladores da política monetária e fiscal não se sintam acossados pelo dispositivo da escala móvel e pela ameaça da espiral salário/preços. A contraparte dessa forma de imobilismo, na suspensão indefinida de leis econômicas milenares, é condenar o empresariado à execração do público, transformando efeitos em causas.

Se as expectativas de produtores e consumidores são, reconhecidamente, foco de pressão inflacionária quando prevêem alta

de preços, também o déficit do setor público tomado em seu sentido lato é, sabidamente, foco clássico de pressão sobre os preços. A existência desse tipo de pressão não desaparece com a simples proposta de uma distinção conceitual entre as necessidades de financiamento do setor público e o déficit tomado como diferença entre receitas totais e despesas correntes. O que verdadeiramente importa para o comportamento dos preços é, num momento determinado, a pressão exercida pela demanda estatal sobre a disponibilidade interna de bens e serviços. De há muito o cerne dessa questão reside na participação desmesurada das despesas correntes nos orçamentos da administração direta e dos entes estatais, na qual se inserem os subsídios ao consumo sem o financiamento "normal" via imposto e os subsídios via preços mal-administrados.

É este o ponto que é preciso atacar, para que o ajuste do setor privado encontre resposta da União, Estados e Municípios, mormente agora que a conjuntura de pleno emprego permite fazê-lo sem maiores traumas sociais. Porque, de outra forma, ou o Estado corta investimentos e dissemina desemprego no setor privado ou força, pela colocação de títulos públicos no mercado, em substituição total ou parcial das emissões, a alta de juros, desencorajando o investidor particular não-financeiro. Em qualquer das hipóteses o futuro fica comprometido. Este é o grande desafio posto diante do Executivo, que tem dado amplas demonstrações de ousadia e coragem políticas que não podem, e nem devem, ficar cercadas quer pelo calendário eleitoral quer pela configuração ainda imprevisível do novo Congresso.

A menção a um Congresso dotado dos poderes de Assembléia Constituinte leva a supor que o racionalismo, na busca do bem comum, acabará por prevalecer sobre uma possível rigidez das posições carregadas de ideologia. Nessa ordem de idéias parece fundamental que a nova Carta, na generalidade dos princípios que devem nortear o Estado e a Nação, identifique claramente os domínios de competência na repartição das tarefas entre a iniciativa estatal e a livre empresa. Não se trata, evidentemente, de eliminar o caráter dual de nossa economia, mas delimitar campos e identificar áreas de intercessão, de tal sorte que o Estado possa cumprir de maneira eficaz sua função de mantenedor da soberania, garantidor da or-

dem interna, provedor da educação e saúde e mecenas da ciência pura.

Sem essa clara distinção no capítulo da ordem econômica, o capital estrangeiro em complementação de nossa poupança interna, no volume requerido para alcançar o ritmo de crescimento econômico desejado, far-se-á escasso; sem a definição constitucional, o setor privado nacional, que tem investido em adaptação, continuará relutante em investir para a expansão. A estabilidade econômica é condição necessária mas não suficiente para manter o desenvolvimento. Daí a importância de um desempenho nítido como base do novo marco constitucional.

Todos são acordes em que o tratamento político da questão do endividamento externo é também uma condicionante das nossas legítimas aspirações de crescimento econômico e de progresso social, sustentados no tempo. Mas parece também indispensável na abordagem do tema com nossos interlocutores externos da área governamental e privada, que a firmeza sem subversão não subestime nosso poder nacional. As questões econômicas internacionais não podem prescindir da visão e do tirocinio do diplomata profissional.

País rotulado como de industrialização recente, o Brasil construiu base produtiva que o diferencia do Terceiro Mundo e não pode contar nos fóros internacionais com o apoio desses países no trato de questões que envolvem as tecnologias que estão na fronteira do conhecimento. Desse modo, a confrontação sistemática com os países de economias mais avançadas nesses domínios contém um risco nada desprezível de isolamento, para uma economia em transição de um mundo a outro.

Se fosse possível a alguém individualmente propor um receituário para a política econômica deste Brasil de um fim de século que é, ao mesmo tempo, o limiar de novo milênio, diria que o percurso que mais nos convém é aquele que na categorização lúcida de um colaborador próximo do presidente da República, em recente conferência feita em São Paulo, corresponderia a um trajeto neo-liberal. Onde o Estado fosse suficientemente forte para regular o bem comum e suficientemente seguro para auto-limitar-se nos propósitos de expansão contínua instigados pelo estamento burocrático.

Essa estratégia neoliberal pressupõe

uma política de abertura ao resto do mundo, sublinhando o papel das exportações baseada em incentivos internacionalmente aceitos para a indução do crescimento; uma política cambial mantenedora de nossa capacidade concorrencial e um protecionismo fundamentado em mecanismos automáticos e, portanto, infenso ao arbítrio do preposto eventual do governante. Pressupõe, também, aumento da poupança doméstica estimulada por taxas reais adequadas de juros e esquemas de atração de capitais estrangeiros capazes de reverter o estancamento do ingresso de capital de risco que estamos hoje testemunhando. Em contrapartida, o Brasil teria, legitimamente, o direito de exigir na reciprocidade neoliberal um ritmo-piso de expansão econômica das economias mais desenvolvidas, dentro de um contexto de flexibilidade de comércio e novo declínio das taxas e margens dos juros internacionais do sistema bancário privado; condições que estariam, ademais, associadas ao novo influxo de fundos provenientes de organismos financeiros internacionais oficiais, como o Banco Mundial e o Interamericano, para empréstimos em condições ainda mais favoráveis e, portanto, ditos de natureza concessional.

Temos todos consciência plena das dificuldades inerentes à administração de um país de 135 milhões de habitantes onde mais de um terço está a exigir a eliminação da miséria absoluta e o resgate da dívida social. O econômico e o social terão de caminhar juntos, em paralelo. Temos, também, consciência de que a restauração democrática nos abre imensas oportunidades, mas que não traz consigo, em forma automática, a correção de desequilíbrios, o arbitramento dos conflitos e o abrandamento das tensões sociais. Temos todos consciência de que a dinâmica da vida nacional requer constante resolução de problemas continuamente emergentes e que os governos, embora possam muito, não podem tudo. Daí a importância, dentro dos limites possíveis do consenso, da convergência de vontades para um projeto nacional, que jamais termina porque em constante mutação.

Por tudo isso, os governantes da hora não devem transformar as doutrinas em dogmas nem ver nas vozes discordantes que bradam o alerta, o grito de guerra da mouraria infiel.